

A juventude como experiência *liminoide*: uma reflexão a partir das performances políticas de estudantes Sem Terra no Paraná

The youth as a liminoide experience: a reflection based on the political performances of Sem Terra students in Paraná

Fernanda Marcon

Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil

RESUMO

O objetivo do artigo é discutir as experiências de jovens Sem Terra no Paraná a partir de pesquisa a respeito das *performances* políticas de estudantes universitários do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da UFFS *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Com base em pesquisa de campo de caráter etnográfico, observaram-se as místicas, encontros, jornadas e outras ações dos jovens Sem Terra no contexto universitário. A pesquisa refletiu sobre o caráter *liminoide* de experiências que evidenciam as tensões geracionais cotidianas dos interlocutores, tanto no âmbito da militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quanto em sua inserção em um curso de graduação na área de Educação do Campo. Nesse sentido, o artigo apresenta uma reflexão sobre a categoria ‘juventude’, pensada aqui enquanto classificação relacional em que diferentes elementos são acionados e negociados a partir das interações sociais cotidianas, a exemplo dos espaços criados pelo MST e dedicados à juventude do movimento.

Palavras-chave: Juventudes, Jovens Sem Terra, MST, Educação do Campo, *Performance*.

Recebido em 06 de novembro de 2021.
Avaliador A: 04 de dezembro de 2021.
Avaliador B: 20 de abril de 2022.
Aceito em 21 de junho de 2022.



ABSTRACT

The objective of the article is to discuss the experiences of young Sem Terra in Paraná state based on a research about the political performance of university students from the Interdisciplinary course in Rural Education: Social and Human Sciences at UFFS, Laranjeiras do Sul/PR campus. Based on ethnographic research, *místicas*, encounters, journeys, and other actions of the young Sem Terra in the university context. were observed. The research reflected on the *liminoid* quality of experiences that show the daily generational tensions of the interlocutors, considering the scope of militancy in the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and considering their insertion in an undergraduate course in the area of Rural Education. In this regard, the article presents a reflection on the ‘youth’ category, conceived here as a relational classification in which different elements are activated and negotiated based on everyday social interactions, such as the spaces created by MST and dedicated to the youth of the movement.

Keywords: Youth, Sem Terra Young, MST, Rural Education, Performance.

INTRODUÇÃO: ESTUDANDO JUVENTUDES

Apesar de ter sido foco de atenção em diferentes disciplinas das ciências humanas desde o início do século 20, as juventudes se constituíram como objeto de análise em meio ao questionamento sobre uma substancialização da categoria “jovem” ou, como refletiu Bourdieu (2019) com relação às Ciências Sociais, um entendimento de que a divisão das classificações etárias é sempre relacional. Assim, ao iniciar uma pesquisa que tinha como objeto experiências juvenis, busquei situar-me a respeito das contradições do campo de estudos e o lugar de onde eu poderia e gostaria de partir para compreender as *performances* de estudantes universitários ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A reflexão realizada neste artigo é parte de um projeto guarda-chuva realizado pelo grupo de pesquisa “Antropologia, Jovens e Juventudes” da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)¹. O trabalho procura dar conta de uma das frentes do estudo e articula a revisão de literatura, observações de campo e entrevistas² com jovens militantes do MST no Paraná que

1 O projeto guarda-chuva intitula-se “Resistir no campo: etnografia das performances políticas de jovens indígenas e Sem Terra no Paraná” e foi institucionalizado em novembro de 2018.

2 Devido à pandemia de Covid-19, a pesquisa de campo teve de ser interrompida em 2020. Portanto, entre 2020-

estão matriculados ou graduaram-se no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Quando utilizo o termo “Sem Terra”, em letras maiúsculas e não em minúsculo ou separado por hífen (*sem-terra*), me aproprio de uma forma pela qual os militantes do MST têm se identificado. O movimento entende que a categoria “Sem Terra” se refere a uma identidade relacionada à luta por reforma agrária, para além do acesso à terra somente. Não ter terra não constitui a substância da identificação com o movimento, e sim a luta por acesso e permanência na terra, além de um outro modelo produtivo e de sociedade.

No intuito de refletir sobre as experiências dos estudantes Sem Terra, julgo necessário apresentar rapidamente o contexto em que os cursos e a universidade foram criados, levando em conta a dinâmica da interiorização das instituições de ensino superior no país: Esse contexto é ainda pouco abordado, porém de grande importância para pensarmos a educação superior e a produção científica nas primeiras décadas do século 21 no Brasil³. A proposta de criação dos cursos de Educação do Campo no *campus* de Laranjeiras do Sul-PR atrelou-se a uma demanda dos movimentos sociais pela criação da própria universidade na região, entendendo que para além de uma universidade pública e gratuita, era fundamental a construção de uma universidade popular. Como um dos princípios estruturantes da Educação do Campo, a modalidade de aprendizagem em regime de alternância⁴ foi prevista pelo projeto pedagógico do curso para que os estudantes pudessem garantir a permanência do vínculo com suas comunidades de origem, majoritariamente localizadas em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, territórios quilombolas e indígenas. Nesse sentido, a proposta pedagógica caracterizou o público contemplado pela oferta do curso, já que o regime de alternância atende principalmente à demanda por educação superior de estudantes que não podem afastar-se por completo de suas comunidades de origem, nem conseguem manter-se financeiramente na cidade, com gastos de moradia e alimentação. Com o edital n.02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC do Programa

2021 o trabalho contou com entrevistas por telefone e aplicativo de conversas on-line com interlocutores que já haviam sido contactados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo.

3 Sobre essa questão, em 2021 foi publicado pela revista *Anuário Antropológico* o dossiê “Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil”, com organização de Natacha Simeí Leal, Guillermo Vega Sanabria e Diógenes Egídio Cariaga.

4 O regime de alternância é embasado pela chamada “pedagogia do movimento” – pedagogia esta, estreitamente ligada às experiências educacionais do MST. Durante o curso em regime de alternância intercalam-se dois períodos pedagógicos que interagem entre si: o “Tempo Universidade” e o “Tempo Comunidade”. Durante o Tempo Universidade os estudantes permanecem em tempo integral na universidade, cumprindo os componentes curriculares correspondentes ao semestre cursado; no Tempo Comunidade permanecem em suas comunidades de origem realizando trabalhos acadêmicos que se orientam por suas atividades cotidianas. Sobre a “pedagogia do movimento”, ver Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012).

de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), 360 vagas foram ofertadas para o curso e estudantes oriundos de diferentes comunidades do interior do Paraná (e de alguns de estados vizinhos) ingressaram na UFFS a partir de 2013. A partir de então, em cada etapa do Tempo Universidade, os estudantes convivem e frequentam aulas em período integral em espaços que disponibilizam alojamento e alimentação⁵.

A região onde se localiza o *campus* de Laranjeiras do Sul contempla grandes assentamentos da reforma agrária. O próprio MST foi fundado em 1984 na cidade de Cascavel-PR, distante 140 km de Laranjeiras do Sul. Muitos dos estudantes que hoje frequentam o curso de Educação do Campo vêm justamente destes assentamentos e de alguns acampamentos ainda existentes (e resistentes) na região. O próprio *campus* de Laranjeiras do Sul está localizado dentro de um assentamento da reforma agrária, o assentamento “08 de junho”. Além disso, o local onde funcionava o curso de Educação do Campo em regime de alternância até 2020, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), está localizado em uma reserva dentro do assentamento “Ireno Alves” (distante 30km do *campus*). O assentamento Ireno Alves constituiu-se da luta de cerca de 10 mil Sem Terras que em 1996 ocuparam parte da fazenda “Pinhal Ralo”, pertencente à madeireira Giacomet & Marodin. A fazenda Pinhal Ralo abrangia parte do território de cinco municípios da região, totalizando 83 mil hectares - um dos maiores latifúndios do sul do Brasil - e pertencia à duas famílias oriundas do estado do Rio Grande do Sul. Aproximadamente 28 mil hectares já estão divididos em três assentamentos: Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e 1º de Maio, somando um total de 1.600 famílias assentadas. O restante da área forma o acampamento “Herdeiros da Terra de 1º de Maio”⁶.

A construção da pesquisa passou por uma reflexão sobre quem são os “jovens Sem Terra” e em que medida esta categoria era mobilizada nas *performances* políticas dos sujeitos

5 Até 2020, um desses espaços era o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) - localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu – PR. Com a pandemia de Covid-19, as aulas passaram a ocorrer de forma remota, mesclando aulas síncronas e assíncronas. Atualmente, o curso não conta com espaço de alojamento. A solução encontrada pela universidade para manter os estudantes foi a concessão de auxílios estudantis para o pagamento de moradia pelos próprios estudantes..

6 A região do *campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul-PR é reconhecida como a que abriga os maiores assentamentos de reforma agrária na América Latina: os assentamentos Marcos Freire, Ireno Alves dos Santos, 1º de Maio, Rio Perdido, Celso Furtado, 08 de junho e Passo Liso. Além destes, há também acampamentos (terras ocupadas e em processo de análise pelo INCRA), alguns com muitos anos de existência, como é o caso dos acampamentos Herdeiros da Terra de 1º de Maio, Don Tomás Balduino, Vilmar Bordin e Recanto da Natureza. O trabalho intitulado “Terra” (1997), do fotógrafo Sebastião Salgado, teve várias fotografias realizadas no processo de ocupação das terras onde hoje estão localizados os assentamentos citados, no município de Rio Bonito do Iguaçu-PR.

com os quais entrei em contato no curso de Educação do Campo. No MST, a categoria parecia se constituir de maneira relacional com os espaços de organização dentro do movimento (“coletivos de juventude”, “jornadas da juventude”). Isto é, ao fazerem parte desses espaços e realizarem atividades específicas ligadas a eles, os sujeitos se diferenciavam de outras pessoas nos acampamentos e assentamentos, para além da questão etária. Apropriando-me da noção de *liminoide* de Victor Turner (1988; 2005a), procurei compreender as experiências relacionadas à categoria “juventude” no contexto da militância do MST, tendo como foco as *performances* políticas de estudantes do curso de Educação do Campo na universidade e fora dela: místicas, encontros, jornadas, ocupações, entre outros. A juventude, no MST e na universidade, pareceu apresentar-se como uma experiência *liminoide*—na medida em que procura constituir e reordenar uma identidade política, ao mesmo tempo em que evidencia a tensão geracional em um movimento social popular no Brasil.

Um clássico da literatura a respeito da construção histórica da infância, mas também da juventude, é o livro de Philippe Ariès (2017), *L’Enfant et la Vie familiale sous L’Ancien Régime*, publicado pela primeira vez em 1960. O autor assinala a historicidade de categorias como “criança” ou “jovem”, desnaturalizando seu entendimento como classificações etárias ou biológicas, uma vez que seriam delimitações sociais modernas. Os estudos antropológicos, por sua vez, há muito têm favorecido este ponto de vista ao descrever ritos de passagem e noções de infância e juventude em diferentes sociedades, a exemplo de Van Gennep (2012) [1909], Evans-Pritchard (2002) [1940], Margaret Mead (2001) [1928] e Malinowski (1983) [1929], entre outros.

Como citado anteriormente, em uma entrevista publicada em 1981, Pierre Bourdieu analisou o que chamou de “arbitrariedade” da divisão entre as idades, pontuando serem a juventude e a velhice categorias “vazias”, isto é, que só poderiam ser entendidas de maneira relacional – “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” -, ou seja, como construções sociais (BOURDIEU, 2019, p. 138). Bourdieu chamava a atenção para a dificuldade de apreensão de um objeto que corresponderia a universos sociais muito variáveis, fazendo com que se apresentasse nas pesquisas, muitas vezes, substancializado. Concordo, nesse sentido, com as considerações de Sallas e Bega (2006) de que a categoria juventude deva ser pensada, sobretudo, evidenciando-se suas construções teóricas e metodológicas. Como analisou Castro (2005), mesmo trabalhos preocupados em superar as predeterminações etárias podem incorrer em uma substancialização da juventude por sua adjetivação – “jovens rurais”, “jovens estudantes” –, prescindindo de uma análise das construções nativas da categoria. Os campos temáticos dentro dos estudos sobre juventudes, por vezes, reproduziram os problemas apontados por Castro, como

é o caso dos estudos a respeito das juventudes “do campo/rurais”, em que em alguns casos o foco sobre as mazelas destes jovens – migração, sucessão familiar, masculinização do universo rural – acabaram produzindo o efeito de invisibilizá-los. Weisheimer (2005), em um importante mapeamento a respeito dos estudos sobre juventudes rurais entre os anos de 1990 e 2004, analisou como a baixa produção científica deste campo temático também teria contribuído para a invisibilidade e desconhecimento sobre as experiências dos jovens em contextos rurais. Por outro lado, após 2004 e na década seguinte à observada por Weisheimer, nota-se um aumento significativo de trabalhos acadêmicos produzidos, inclusive, por pesquisadores indígenas, de origem rural e/ou vinculados a movimentos sociais, como salientaram Castro et al. (2009). Como mencionado, o processo de interiorização do ensino superior parece ter contribuído para uma dessubstancialização da categoria juventude, questionando os pressupostos teórico-metodológicos que marcaram o estudo das juventudes, particularmente nas Ciências Sociais⁷.

TORNANDO-SE JOVEM NO MOVIMENTO E NA UNIVERSIDADE

A UFFS se insere na esteira de instituições criadas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) a partir de 2007. A crescente produção acadêmica por sujeitos que antes do processo de interiorização das universidades públicas e outras políticas tinham pouco ou nenhum acesso ao ensino superior tem colaborado na construção de outros marcos epistemológicos nas ciências sociais, a exemplo dos estudos sobre juventudes, como refleti há pouco. A pesquisa que originou este trabalho voltou-se para estes sujeitos: estudantes universitários militantes do MST que participam das práticas e espaços ligados à “juventude do movimento”, como os coletivos de juventude, comunicação, cultura, LGBTQIA+, entre outros. Jovens que também refletem, a partir do espaço acadêmico, sobre suas próprias experiências na militância. A pesquisa teve início no final de 2018 e previu o levantamento da literatura sobre a organização da juventude do MST, observação participante em diferentes eventos - especificamente voltados à juventude, mas não apenas - e observação e entrevistas abertas com jovens estudantes do curso de Educação do Campo da UFFS que se identificam como “Sem Terra”.

⁷ Para uma boa revisão sobre as diferentes abordagens sobre o tema das juventudes nas ciências sociais, ver: PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia urbana da USP [online], 1, 2007.

Entre na UFFS no final de 2017, assumindo imediatamente alguns componentes curriculares que já estavam em curso no final do segundo semestre. As aulas do curso ocorriam fora do *campus* universitário e, devido ao regime de alternância já mencionado, em locais que ofereciam estrutura de alojamento, salas de aula e refeitório. Os estudantes ficam hospedados nestes espaços durante o “tempo universidade” (cerca de 3 semanas) - que ocorre duas vezes por semestre⁸ - e o restante do tempo realizavam o chamado “tempo comunidade”, em suas casas. Ao chegar ao CEAGRO pela primeira vez, achei curioso o modo como os estudantes se organizavam em suas atividades diárias. Dividiam-se em “núcleos de base” (NB’s) com diferentes funções: “NB da limpeza”, “NB das místicas e atividades culturais”, “NB da disciplina”, entre outros. Cada núcleo de base era responsável por determinadas tarefas e todos os dias os estudantes se dividiam entre os estudos e as atividades e reuniões dos NB’s: organização e limpeza das salas de aula, do refeitório e dos banheiros, organização da biblioteca, impressora, projetor e outros materiais utilizados pelos professores, além da organização de místicas (falo delas a seguir) e noites culturais. Eu não conhecia a organicidade dos acampamentos, ocupações e encontros do MST, então os NB’s constituíam uma novidade para mim. Também era novidade aquele ambiente universitário alternativo, isto é, um centro de formação localizado dentro de um assentamento, cercado por mata nativa e cheio de murais, bandeiras e quadros ligados ao MST e às lutas dos movimentos sociais rurais.

Eu vinha de um contexto bem diferente e lecionava para estudantes de classe média na cidade. A transformação que tive de operar em minha didática e métodos de ensino foi uma experiência profissional e pessoal profunda, tendo em vista a natureza de uma licenciatura que demandava uma formação intimamente relacionada à luta dos movimentos sociais do campo e comprometida com eles. Essa experiência parece ter contribuído também para uma aproximação com o campo de estudos da *performance*, na medida em que se tratava de colocar meu próprio corpo à disposição do entendimento do vínculo com a militância. Um marco dessa experiência aconteceu no segundo semestre de 2018, dia em que o MST-PR realizou um encontro regional no CEAGRO. Eu não sabia que o evento iria ocorrer naquele dia, mas ao chegar para dar aula, percebi a movimentação e compreendi do que se tratava. Antes do encontro começar foi realizada uma mística no ambiente externo do CEAGRO. Ao final da mística, os participantes cantaram o hino do movimento, colocando-se em “posição de respeito”, tal qual a posição em

8 Até 2016, os recursos para manter o curso (alojamento e alimentação) vinham do edital do PRONACAMPO. Com o fim do edital, a universidade teve de buscar novas formas de manter os estudantes cursando e abrir novas turmas. Além de um convênio com a prefeitura do município de Candói-PR, que disponibilizou a estrutura de sua Casa Familiar Rural, a universidade recebeu financiamento da organização alemã “Pão para o mundo” (Brot für die Welt) para que as turmas que estavam em curso no CEAGRO pudessem concluir a graduação.

que se canta o hino nacional. Achei importante acompanhar o evento e juntamente com os estudantes da turma de “Antropologia das populações rurais e indígenas”, me desloquei para o pátio. Tentando imaginar a etiqueta exigida pelo momento, passei a me comportar como as outras pessoas presentes. Ao cantar o hino, os militantes erguem um dos braços com o punho cerrado durante o refrão. Quando percebi, estava com o braço direito em riste, quando os outros tinham o braço esquerdo nessa posição. Baixei o braço direito discretamente e elevei o esquerdo, temendo que a gafe fosse percebida.

Naquele momento, estávamos vivendo no país um cenário político de bastante angústia com relação à democracia e às conquistas populares. Lecionar na Educação do Campo colocou-me no seio do MST e eu sentia que era um privilégio poder observar de perto a organização do movimento. Ao mesmo tempo, gradativamente me dava conta do engajamento político que estava assumindo a partir dessas experiências e que isso inevitavelmente seria parte da reflexão proporcionada pela pesquisa entre os jovens Sem Terra na universidade, ainda que eu pretendesse preservar um certo distanciamento entre as atividades de docência e pesquisa. A atuação no curso exigia um diálogo sensível com as *performances*, demandas e expectativas de estudantes oriundos de movimentos sociais e sua luta por uma educação *do e para* o campo⁹. Era uma demanda estampada nos muitos encontros e jornadas da juventude do MST e alguns estudantes do curso já atuavam como professores das escolas do campo, em acampamentos e assentamentos. Sua docência nestas escolas, da mesma forma que a minha, não estava de modo algum desvinculada das lutas da Educação do Campo e do MST.

Estou certa de que o aprendizado do pesquisador é, sobretudo, corporal. Nesse sentido, é preciso ‘desconstruir’ o corpo para ‘adaptá-lo’ ao ambiente de pesquisa. Cada campo nos possibilita diferentes entradas e diferentes percepções (FERREIRA, 2013, p. 291 apud HARTMANN; LANGDON, 2020, p. 14).

Nas interações cotidianas do curso, observava as trocas e identificações, mas também os conflitos entre as perspectivas políticas dos acadêmicos. No CEAGRO, conviviam não apenas estudantes ligados a movimentos sociais rurais, mas também estudantes indígenas, vindos das

⁹ De acordo com Molina e Hage (2019), o processo de expansão das Licenciaturas em Educação do Campo ocorreu a partir do Edital SECADI/MEC n.2/2012, do Ministério da Educação, por meio do qual foram selecionados 42 projetos dessa nova modalidade de graduação, entre eles o projeto da UFFS *campus* Laranjeiras do Sul. O edital respondeu às demandas dos movimentos sociais por uma educação diferenciada e que pudesse apoiar e fortalecer as escolas do campo através da formação de professores capacitados a desenvolver propostas pedagógicas de valorização dos saberes dos sujeitos do campo. Com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, as políticas voltadas ao fortalecimento da Educação do Campo passam a ser esvaziadas.

terras indígenas de Mangueirinha e Rio das Cobras, ambas localizadas no Paraná, e pequenos agricultores da região. Em diversas ocasiões, os estudantes organizavam místicas - como na abertura de seminários, palestras e noites culturais. A mística é uma prática já consagrada pelo MST em suas ações, eventos, congressos e encontros. Moscal (2017, p. 206) a define como um “processo ritual e performativo” no qual diferentes elementos são nele integrados, como a música, o teatro e o discurso. Ainda segundo Moscal, desde a gênese do MST há na mística a influência da dimensão religiosa, seja do catolicismo popular, seja de correntes da Igreja Católica como a Teologia da Libertação, e ainda, movimentos específicos como as pastorais, entre elas, as Pastorais da Terra e da Juventude Rural. Nesse sentido, “[...] a mística é força e poder movente entre os sem-terra” (MOSCAL, 2017, p.17), conferindo à prática uma multiplicidade de elementos performativos de diferentes ordens, não podendo ser compreendida fora desta articulação. A mística também não se reduziria a uma representação da luta dos Sem terra, através de encenações que fariam alusão às ocupações de terra ou à exploração dos trabalhadores pelo grande latifúndio. Para Chaves (2000, p.56), “[...] não é incidental que essa elaboração múltipla receba no MST o nome de mística. [...] a mística no MST não apenas evoca e congrega, ela comunica e faz acontecer”. No CEAGRO, as místicas envolviam também os estudantes indígenas, o que tornava as *performances* ainda mais complexas. Ao participarem das místicas, estudantes kaingang e guarani performavam questões relacionadas às suas cosmologias e à luta dos povos indígenas pela retomada dos territórios originários. Nas místicas, estudantes indígenas e Sem Terra atuavam juntos, trocando experiências e concepções poéticas e estéticas com relação à luta por reforma agrária e demarcação de territórios, mas também sobre a experiência da juventude no contexto universitário, em que diferentes horizontes de atuação política confluem. Obviamente havia negociações conflituosas sobre os “roteiros” das místicas que a princípio eu desconhecia. Aos poucos, os contrastes ideológicos foram ficando mais aparentes, principalmente ao observar outras atividades do curso - como eventos relacionados à questão agrária e semanas acadêmicas - em que os estudantes indígenas diziam não se sentir representados. Eles se referiam comumente à perspectiva teórica marxista, ou a um certo marxismo por parte de palestrantes e professores que, por vezes, ignoravam as discussões sobre as relações étnico-raciais e as especificidades das lutas indígenas, reduzindo-os a “sujeitos do campo” ou “camponeses” – da mesma forma com que se referiam ao público-alvo da reforma agrária.

Em uma das místicas realizadas pelos estudantes do curso para celebrar um acordo de cooperação entre a UFFS, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a organização alemã “Brot für die Welt” (“Pão para o mundo”) em 2018, ficou evidente a

reprodução, no contexto universitário, de algo já vivenciado pelos estudantes na militância Sem Terra. As místicas e atividades de “animação” – também chamadas de “agitação e propaganda” no MST – eram majoritariamente realizadas pela juventude do movimento. Da mesma forma, na universidade, as místicas não eram organizadas e performadas por professores, demarcando um lugar hierárquico dessas atividades na vida acadêmica. O lugar das aulas e palestras, da política institucional, reservado aos não-jovens, e o lugar da cultura e do lazer, das místicas e ocupações, reservado à juventude. Curiosamente, nesta mística, fui convidada a performar ao lado dos estudantes. Dado o conhecimento de alguns colegas e estudantes de que eu tinha um envolvimento com música (percussão), fui convidada a cantar e a tocar a música “Cio da Terra”, de Chico Buarque e Milton Nascimento, no momento da mística em que indígenas e Sem Terra sofriam o ataque de forças policiais e de fazendeiros. Outro professor, não ligado ao curso, foi convidado para tocar violão durante a mística. No entanto, este professor permaneceu ao lado do palco, em local destacado, como se não fizesse parte da mística, talvez propositalmente. Combinei com os estudantes nossa entrada no auditório com cartazes e ao som de um bombo legüero¹⁰. Os estudantes indígenas realizaram pinturas corporais e portavam colares e artefatos rituais como o maracá; os estudantes Sem Terra vestiam-se com camisas do MST, chapéus de palha, além de levarem enxadas e balaios com sementes e flores nas mãos. Entramos cantando, o que sem combinação prévia, acabou assemelhando-se a uma procissão religiosa. Subimos no palco e nos posicionamos ao lado dos estudantes que já estavam ali, representando indígenas e Sem Terra executados pelos conflitos de terra. Estes, levantaram-se e passaram a cantar a música conosco. A mística se encerrou com a música e os aplausos do público presente – professores, estudantes, servidores técnicos, direção de campus e coordenação acadêmica. Em seguida, a solenidade do acordo de cooperação teve início, com a retirada dos objetos do cenário da mística e inserção da mesa e cadeiras dos convidados.

Hartmann e Langdon (2020), ao realizarem uma importante revisão a respeito das “encruzilhadas” entre antropologia e *performance* no Brasil, observaram que a antropologia da *performance* se apresenta como um campo interdisciplinar que também nos permite compreender a antropologia *em performance*, isto é, evidenciando o envolvimento entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa.

Constatamos, portanto, que a antropologia da *performance* permite examinar criticamente os eventos sociais como arenas reflexivas, nas quais competem recursos

10 O “bombo legüero” é um tambor muito difundido pelos gêneros musicais no cone sul latino-americano, a exemplo da chacareira e da zamba argentinas. A cantora Mercedes Sosa utilizava o bombo legüero em muitas de suas performances nos anos 1970, no contexto do movimento “Nuevo Cancionero”.

estilísticos heterogêneos, significados contextualizados e ideologias conflitantes. Caracterizados por sua dialogicidade, contextualização e intertextualidade, esses eventos são analisados como manifestações e negociações de poder (HARTMANN; LANGDON, 2020, p.19).

A partir dessa mística, passei a refletir sobre as experiências dos estudantes ao resistir às tentativas de enquadramento performático por parte das lideranças do MST e dos próprios professores na universidade. Conforme os relatos dos estudantes, as negociações entre eles sobre os nomes das turmas, a realização de místicas em atividades do curso e o processo de ocupação da universidade em 2016¹¹ envolveu uma importante abertura para a diversidade de perspectivas e a relativização das premissas ideológicas e organizativas de movimentos sociais rurais, como o MST. As relações estabelecidas por estes estudantes a partir de suas interações cotidianas e as *performances* resultantes deste processo diário de engajamento político no contexto de um curso de licenciatura em Educação do Campo suscitaram questões importantes que me levaram a pensar a militância jovem no MST. Pareceu-me fundamental observar o processo no qual os jovens militantes Sem Terra, inseridos no contexto universitário abriam-se a diferentes pautas políticas, articulando-se aos movimentos negros, estudantis, feministas e indígenas. O que quero dizer é que ao observar as performances e relações estabelecidas entre os estudantes do curso, percebi uma maneira própria destes jovens articularem-se politicamente, acionando, por vezes, elementos performáticos que se comunicavam com outros movimentos, outras pautas políticas, outras juventudes. O contexto universitário não é o principal responsável por essa articulação mais ampla da juventude Sem Terra, mas foi a partir dele que consegui visualizar suas centralidade e importância.

Nesse sentido, chamam a atenção as redes de saberes e práticas tecidas por jovens ligados a diferentes movimentos sociais, onde são compartilhados e negociados discursos, gestos, representações. Como analisou Ilse Scherer-Warren (1999; 2006) a partir do conceito teórico de *rede de movimento social*, há no mundo contemporâneo um processo crescente de articulação entre os diferentes níveis de associativismo que possibilita transcender as questões locais ou específicas dos diferentes grupos, colocando no horizonte político um antagonista comum.

Finalmente, como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de *rede de movimento social*. Esta

¹¹ A ocupação da universidade ocorreu no segundo semestre de 2016, quando os estudantes protestaram contra as medidas do Ministério da Educação - principalmente o projeto de reforma do Ensino Médio -, ocupando um dos blocos do *campus* da UFFS em Laranjeiras do Sul durante cerca de 45 dias.

pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. (SHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Também Feixa (2021), analisando a geração que enfrentou as crises socioeconômicas do início do século 21 (chamada pelo autor de “geração hashtag”), chama a atenção para o caráter “glocal” dos levantes juvenis entre 2011 e 2019. Isto é, ao mesmo tempo que se expandiam em um mundo mediado pelas experiências cibernéticas, as mobilizações juvenis vinculavam-se a questões e demandas em suas próprias comunidades, articulando experiências próximas e distantes em suas mobilizações políticas. As ocupações realizadas por estudantes secundaristas e universitários em 2015 e 2016 são bastante interessantes para pensarmos sobre os movimentos protagonizados por jovens e suas criativas formas de ação, organização, expressão e articulação. Como analisaram Crochi, Corti e Silva (2016) e Crochi e Corti (2018), a ação de ocupação das escolas, em si, configurou uma “nova existência dentro da escola” para os estudantes envolvidos, uma reinterpretação de si mesmos e de suas práticas políticas. De acordo com os autores, “[...] a dimensão performativa das ocupações estudantis é demonstrada pela importância política que o próprio ato de ocupação das escolas adquire [...]” (CROCHIK; CORTI, 2018, p. 4-5).

Ao ocupar a escola, o estudante passa a reconhecer-se como secundarista, ou “secunda”, como observou Dutra (2018). As palavras de ordem, os cantos, os jograis, punhos cerrados e erguidos, o modelo de auto-organização, todo o repertório performático de que lançam mão são parte de uma experiência transformadora. Como analisou Maia (2020), grande parte dos estudos sobre as mobilizações juvenis em espaços escolares enfatizam justamente sua dimensão formativa, como um processo de aprendizado cívico que redefine a experiência escolar dos sujeitos (por vezes conflituosa e traumática) e o engajamento político juvenil. Nesse ponto, Honwana (2021) analisa os jovens moçambicanos e seu ceticismo com relação ao engajamento político formal no início do século 21, sugerindo que é preciso lembrar que a participação engendrada por “não-jovens” ou por esferas de engajamento político coloniais são constantemente questionadas pela juventude, especialmente no sul global, que por vezes vê o espaço cibernético como mais autônomo e livre. Raposo (2014) chama a atenção também para como a própria ocupação de espaços públicos no início do século 21, como ruas e praças - e penso que também as instituições de ensino – configura-se como *performance*, no sentido de dar visibilidade a processos de exclusão e silenciamento das sociedades contemporâneas, assimilando práticas não-hegemônicas de engajamento político.

Elisa Guaraná de Castro (2005; 2008; 2009), ao observar as juventudes e seu engajamento

em movimentos sociais, nota que categorias como “juventude rural” ou “juventude camponesa” seriam historicamente mobilizadas para pensar a atuação política de jovens envolvidos diretamente com as lutas por reforma agrária e políticas públicas para o campo. Isto é, as lutas teriam dado sentido à experiência de ser jovem no contexto rural, tão marcado pela subalternidade e invisibilidade. A autora realizou estudos em contextos de acampamentos e assentamentos da reforma agrária e observou a construção de categorias como “juventude” e “juventude rural” a partir de relações hierárquicas entre as gerações, além da crescente realização de eventos direcionados ao público definido por estas categorias. São espaços construídos sob intensa mobilização e articulação política dos jovens, que passam então a acionar a categoria “juventude” nos eventos, assumindo um protagonismo que não se observa na ordem cotidiana em que a hierarquia entre adultos e jovens se reproduz em práticas veladas ou evidentes de exclusão e subalternidade.

Ao longo do tempo, a juventude passou a ter espaços específicos para sua atuação dentro dos movimentos sociais rurais, a exemplo dos “coletivos da juventude”, “escolas da juventude”, encontros e congressos. Em uma ampla pesquisa sobre a participação de jovens em movimentos sociais rurais, Castro *et al* (2009) observaram que a partir de 2000 ocorre um aumento significativo de eventos e iniciativas organizativas no interior de movimentos sociais rurais voltadas à “juventude”¹². No MST, o “Coletivo Nacional da Juventude Sem Terra” é responsável pela organização e articulação com os coletivos de juventude estaduais e regionais, construindo as atividades ligadas aos jovens, como a “Jornada da Juventude Sem Terra”¹³, que possui doze edições até agora. Os temas de discussão dos encontros, da mesma forma, são relacionados diretamente a uma espécie de “horizonte temático” da juventude, como a discussão sobre agroecologia, permanência no campo, arte, cultura e participação política¹⁴.

12 Entre os movimentos sociais citados pelos autores estão aqueles ligados à Via Campesina, como o MST, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

13 A última ocorreu em agosto de 2021. Agosto é o mês de referência dos atos e eventos ligados à juventude em decorrência da instituição do dia 12 de agosto como “dia internacional da juventude” pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1999.

14 Em entrevista ao setor de comunicação do MST em 11 de agosto de 2021, Jailma Lopes, integrante do Coletivo Nacional da Juventude Sem Terra, cita o movimento da juventude negra nos EUA, as insurgências da juventude latino-americana, a luta da juventude brasileira contra o vírus e a violência policial como temas a serem debatidos durante a 12ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, intitulada: “A Juventude quer viver, derrubar o presidente e ver o povo no poder!”. A entrevista está disponível na página do MST pelo endereço: <https://mst.org.br/2021/08/11/12a-jornada-nacional-da-juventude-sem-terra-entrevista-com-jailma-lopes/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Moscal (2017) também aponta para o desenvolvimento de um processo efervescente de constituição de encontros, acampamentos, jornadas e outros eventos que seriam fundamentais na produção de espaços múltiplos de atuação da juventude Sem Terra, conquistando um protagonismo performático:

As expressões artísticas, e a música especialmente, nas práticas sem-terra constituem espaços ocupados, em grande parte por sua juventude. Presentes e muitas vezes à frente de produções artístico-culturais, jovens sem-terra tem tentado estabelecer novas linguagens e diálogos, em especial com a juventude urbana, o que traz para dentro de suas práticas, gêneros musicais e comportamentos antes malvistas, tidos como alienados ou nocivos à constituição de seus militantes, principalmente por dirigentes mais antigos (nem sempre com grande diferença geracional) [...] (MOSCAL, 2017, p. 18).

Percebe-se que as performances oriundas destes espaços conquistados pela juventude demarcam o desejo de protagonismo dos jovens com relação à participação no movimento. Durante a 18ª Jornada de Agroecologia, realizada em Curitiba-PR em agosto de 2019, observei que a juventude do MST participou ativamente da organização do evento. Uma das interlocutoras da pesquisa, Camila¹⁵, já havia comentado comigo que a Jornada de Agroecologia era um dos eventos que mais contava com a participação da juventude do movimento, inclusive sendo aguardada com bastante ansiedade pelos coletivos estaduais e regionais. Fui a Curitiba com alguns estudantes e professores que tinham projetos relacionados à Agroecologia na UFFS, mas sabia que ao chegar lá encontraria outros estudantes da Educação do Campo, acampados desde o início da semana (o evento durou quatro dias, iniciando em uma quinta-feira). Estes estudantes partiram de seus acampamentos e assentamentos com a finalidade de contribuir com os NB's, realização das místicas, alimentação, segurança, montagem de tendas e espaços de palestras e rodas de conversa na região central da cidade. Além disso, sua presença era constante nos shows realizados durante as noites em frente a um dos *campi* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na praça Santos Andrade, interagindo com colegas de NB e jovens de todo Brasil.

A participação ativa em torno de atividades organizativas não deixa de receber críticas por parte de alguns jovens que entendem que os espaços de liderança ainda são pouco ocupados por eles em comparação com as tarefas e atividades “de organização” e “agitação/animação” (montagem de tendas, realização de refeições, preparação das místicas, segurança etc.). Outra questão relatada pelos estudantes da UFFS – mas também pelos jovens entrevistados na pesquisa

15 Os nomes de interlocutores da pesquisa que aparecem neste artigo são fictícios.

de Mayara Andrade Ribeiro (2021) em um acampamento do MST no norte do Paraná –, trata das atividades chamadas de “culturais” ou “artísticas”, que acabam sendo imediatamente delegadas aos jovens, como se estes fossem mais aptos a realizá-las. Por outro lado, Ribeiro traz o relato interessante de um jovem que conta sobre a decisão das lideranças do acampamento em criar o coletivo de juventude. A decisão teria partido do argumento de que os jovens estariam “se divertindo de forma inadequada” no interior do acampamento. De acordo com a autora, a forma inadequada de se divertir resumia-se a ouvir música alta e empinar motos, além de relações homoafetivas desaprovadas por outros acampados. Nesse sentido, as atividades culturais e artísticas dos coletivos de juventude também serviriam para “adequar” os comportamentos dos jovens às expectativas do movimento com relação ao lazer e às atividades culturais. Parecia tratar-se de um pragmatismo com relação às atividades desempenhadas pelo coletivo de juventude, entendendo-as como uma forma de controle sobre sujeitos que teriam, por um lado, a responsabilidade pela continuidade do movimento e, por outro, representavam um risco à integração social no acampamento, marcado pela forte presença de igrejas evangélicas. Ainda assim, Ribeiro relata que mesmo depois da criação do coletivo “Filhos do Chê”, continuaram a ocorrer controvérsias em torno das atividades e dos jovens que participavam das atividades - um controle que o próprio nome do coletivo instigava, isto é, uma relação de parentesco que nesse contexto historicamente implicou em subalternidade e pouca autonomia: ser filho de acampado/assentado, como pontuou Castro (2008).

Compreender as experiências dos jovens no MST passa também por entender esse lugar prismado, constituído de diferentes pontos de vista estéticos, morais e políticos. No contexto universitário, a convivência de jovens com diferentes vinculações políticas evidencia a experiência comum de subalternidade e ceticismo quanto à organização política tradicional — protagonizada por “não-jovens” — e a busca por impor outros significados. A luta contra a invisibilidade estrutural da juventude aparece como pano de fundo comum às lutas específicas dos movimentos sociais.

PERFORMANCE E MILITÂNCIA JOVEM

Me debruço, então, sobre as *performances* que emergem das experiências de jovens Sem Terra. Dawsey (2005) no belíssimo artigo sobre o teatro dos “boias-frias”, repensa a antropologia da performance à luz da “prática de calcular o lugar olhado das coisas”, inspirado

na reflexão de Roland Barthes (1990) sobre o teatro, e reflete sobre a *performance* estar para além da expressão e constituir-se como experiência da margem, do resíduo (DAWSEY, 2005, p. 29). Seguindo Turner, Dawsey chama a atenção para o olhar privilegiado que a liminaridade pode lançar sobre os processos sociais, fazendo emergir o extraordinário da vida cotidiana. O teatro (ou metateatro) dos “boias-frias” descrito pelo autor traz ainda uma importante inversão: torna cotidiano o extraordinário. As experiências dos jovens em diferentes movimentos sociais, articulando em suas *performances* uma série de elementos poéticos e estéticos (BAUMAN; BRIGGS, 2006) de diferentes origens, acabam por questionar as relações hierárquicas dos próprios movimentos sociais e a invisibilidade a que são submetidos cotidianamente, confluindo para uma transformação do movimento, que passa a reinventar suas práticas e espaços de organização e ação. Assim, as experiências jovens são engendradas nos múltiplos espaços de militância¹⁶, no engajamento político e em constantes negociações sobre seu lugar no movimento, tendo em vista que não apenas no MST, mas em muitos outros contextos, os jovens são compreendidos como “problema” e motivo de preocupação.

A partir da pesquisa, pode observar um processo que envolve o contraste geracional e o envolvimento com atividades e espaços “da juventude”. Para Ianni (1968), o jovem militante é sobretudo um “jovem radical”, aquele que se encontra com a essência das contradições que se apresentam a ele e busca superá-las a partir de um comportamento radicalizado. Além disso, para o autor, o jovem radical só é possível dentro do capitalismo, onde a realidade objetiva das relações de produção impõe esse comportamento e o torna latente. Para Ianni, a juventude não é apenas uma fase da vida, tampouco implica em uma faixa etária específica, mas uma qualidade do ser social que se apresenta sob o capitalismo – o “inconformismo juvenil”. Essa definição se articula à constituição da categoria “juventude” no MST, revelando o desdobramento de uma expectativa com relação ao comportamento político dos jovens: a radicalidade, a revolta, a subversão mediante a consciência gradativa das contradições do sistema capitalista. São atributos desejáveis e amplamente explorados pelo movimento em seus diferentes espaços de formação. No entanto, ao observar o cotidiano dos acampamentos e assentamentos do MST, a tensão entre essa expectativa e a realidade das relações estabelecidas entre as gerações de militantes constitui uma espécie de “drama social”, pensando no clássico conceito de Victor Turner (1974), passível de emergir a qualquer momento.

16 A dissertação de mestrado de Carmen Verônica dos Santos Castro (2005), por sua vez, aborda a questão a partir da perspectiva da “mística” para o MST, observando o “tornar-se militante” para jovens que participaram do “I Curso de Realidade Brasileira para jovens do meio rural”, realizado em 1999 em parceria do MST com a UNICAMP.

A antropologia dos ritos e rituais trouxe importantes contribuições para pensar as juventudes e seus processos rituais, especialmente o clássico de Arnold Van Gennep (2012) [1909], *Les rites de passage*. Mais tarde, Victor Turner reinventa o campo de análise a partir do conceito de “drama social” e, direcionando-se ao longo de sua carreira para o teatro e a *performance*, sugere o conceito de *liminoide* para pensar a liminaridade em um mundo pós-industrial, em que as experiências coletivas proporcionadas pelos rituais estariam enfraquecidas. Turner e Van Gennep apontam a importância da passagem, da margem, do momento de liminaridade (risco) promovido pelo ritual, que possibilita à sociedade se reordenar, isto é, fazer emergir a dimensão conflitiva da estrutura social para que possa reorganizá-la. Com o conceito de *liminoide*, Turner volta-se para as experiências contemporâneas em que é possível recriar a experiência promovida pelos rituais, mas em níveis distintos de engajamento social. Na pesquisa, procurei compreender as *performances* de jovens em sua militância no MST e no meio universitário sob a ótica dos gêneros *liminoides* de ação simbólica. Além de Turner, Schechner (2002) também foi fundamental para a compreensão dos diferentes espaços performáticos nos quais a juventude Sem Terra se constitui e questiona hierarquias e papéis sociais, acionando aqui o sentido de Goffman (1985). Na medida em que *coletivos, palavras de ordem, atos, acampamentos, místicas, reuniões, músicas, agitação e propaganda, momentos de animação, jornadas, escolas da juventude*, entre outros espaços e situações, compõem uma profusão de atividades e maneiras de fazer política no MST, previstos em sua organicidade, há por parte dos jovens um entendimento comum de que estes espaços são também momentos de questionamento, interrupção de papéis e protagonismo juvenil.

O drama social envolvendo o conflito geracional parece espreitar a militância: na universidade ou no acampamento, no assentamento ou nos encontros, o “jovem radical” de Ianni, por vezes desprovido de um ritual de passagem importante para o MST, como a participação em uma ocupação de terra ou, ainda, a dificuldade para conseguir trabalho e permanecer no campo, representa um perigo iminente de desarticulação e descontinuidade da luta. Como analisou Castro, há no MST uma percepção geracional que não está atrelada à idade (uma fase da vida), mas ao processo de entrada e participação no movimento:

[...] Para os dirigentes nacionais entrevistados pela pesquisa, o MST é composto de três gerações de *militantes*: a geração fundadora, a geração que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos e uma geração mais nova que surge mais recentemente e que é composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano. O marco definidor, nesse caso, não é a idade, mas, sim a entrada no movimento social. As primeiras duas gerações, em termos de faixa etária são equivalentes. (CASTRO, 2008, p.12, grifo da autora).

Para os militantes mais antigos, a experiência de ter feito parte da “geração fundadora” foi fundamental na relação de engajamento que teriam estabelecido com o movimento e com a luta por reforma agrária. Como nos relatos apontados por Castro e em algumas situações observadas por mim em projetos de extensão da UFFS em escolas do campo, surge uma mesma compreensão por parte de militantes mais antigos: a percepção de que os jovens e crianças “de hoje” teriam crescido em um momento de consolidação do movimento, quando muitos assentamentos já se encontram regularizados e as experiências de ocupação de terra já não são tão frequentes. Há, portanto, uma expectativa dos militantes da “primeira geração” sobre os jovens, que deveriam desenvolver um engajamento gradual com a militância; na medida em que são capazes de compreender as contradições que os cercam e ao ter ao seu alcance uma estrutura de formação que não havia quando a geração fundadora iniciou o movimento. No entanto, como notou Castro, mesmo quando os jovens assumem um papel de destaque na defesa sobre a continuidade da agricultura familiar e camponesa, inclusive assumindo papéis de liderança, há ainda uma percepção sobre a juventude como “pouco confiável” (CASTRO *et al.*, 2009, p. 46). Isto é, paradoxalmente o jovem é percebido, ao mesmo tempo, como a solução e o problema. Há uma forte expectativa sobre sua participação e protagonismo político, mas entende-se que ao mesmo tempo ele é inexperiente e está “em formação”. Há, nesse sentido, um entendimento pelo movimento de que os espaços formativos são essenciais para a continuidade de seu projeto político. Como observou Janata (2012) em sua tese de doutorado sobre jovens egressos de uma escola de assentamento, a formação política dos jovens da chamada “segunda geração de jovens militantes” do MST (aqueles que já cresceram em assentamentos e não participaram das primeiras ocupações de terra) passa fundamentalmente pelas escolas do campo e espaços que reforcem o sentido de coletividade juvenil no movimento. Janata analisa que há inúmeras dificuldades de mobilização entre os jovens pertencentes a assentamentos pautados pela produção agrícola individual e familiar. Segundo a autora, o isolamento causado pelo modelo de produção capitalista em assentamentos da reforma agrária teria contribuído ainda mais para a desmobilização e invisibilização da juventude nesse contexto. A propriedade familiar ou individual nem sempre possibilita uma renda adequada e em muitos assentamentos a produção cooperativa inexistente ou não há políticas governamentais que a fomentem. Assim, os jovens buscam alternativas, como o trabalho assalariado na cidade ou no próprio assentamento, tendo pouco ou nenhum tempo livre para a militância política.

De fato, muitos jovens deixaram o campo nos últimos anos em decorrência do desemprego e más condições de vida, entre eles, jovens residentes em assentamentos da reforma agrária. Além disso, a busca por acesso à educação de nível superior e a liberdade e autonomia com

relação à família se mostraram motivos muito citados pelos jovens, como aponta Weisheimer (2005). Algumas situações - como as que me deparei na pesquisa com jovens Sem Terra no Paraná – mostram que a saída ou permanência no campo tem se apresentado a partir de diferentes motivações. Além disso, nem sempre o jovem simplesmente “sai do campo”. Esta saída pode ser temporária e significar o desejo de “melhorar de vida” e até implicar em um retorno, quando a expectativa não se cumpre. Há jovens da cidade procurando o campo como uma alternativa à pobreza na cidade, como é o caso daqueles que passaram a residir nos acampamentos e assentamentos do MST desde que o movimento surgiu, seja com suas famílias, seja de forma autônoma. Um dos estudantes do curso de Educação do Campo, Josué, contou-me que residia anteriormente na região metropolitana de Curitiba/PR. Ao tomar conhecimento de ocupações na região de Quedas do Iguaçu/PR, em 2015, passou a residir em um acampamento e, mais tarde, ao ingressar na universidade, fixou moradia na cidade de Laranjeiras do Sul. Outro relato importante sobre esse assunto é o de uma outra estudante, Camila, sobre sua “entrada no movimento”:

Minha experiência, enquanto Sem Terra iniciou desde cedo. Em 1999, quando eu tinha um ano de idade minha mãe estava acampada e fazendo parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no acampamento que era conhecido na época como “bacia”¹⁷, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu – PR, na fazenda Giacomet. Costumo dizer que eu já nasci pra isso. Passando uns dois anos de acampada, devido alguns problemas pessoais, minha mãe deixou o acampamento e foi morar em Santa Catarina, na cidade de Navegantes. Foi lá onde eu me criei, porém sem nenhuma identidade Sem Terra. No final de 2011, meu pai convidou minha mãe para acampar novamente, mas em um novo acampamento, localizado no município de Ortigueira-PR, na fazenda Santa Maria do Carmo. Eu tinha 13 anos quando novamente me tornei Sem Terra, e foi a partir desse ano que minha luta pelo acesso à terra iniciou.

Camila contou que sua família deixou o acampamento do município do Ortigueira alguns anos depois e voltou a residir na cidade de Navegantes-SC. Camila decidiu ficar, pois na época já trabalhava na escola itinerante¹⁸ do acampamento. Com o ingresso no curso de Educação do Campo da UFFS em 2016 vislumbrou a possibilidade de dar seguimento à carreira

¹⁷ Alguns participantes da pesquisa e da ocupação também se referem a essa ocupação pelo termo “buraco”, devido ao relevo do terreno, próximo ao rio Xagu.

¹⁸ As escolas itinerantes são escolas instaladas em acampamentos do MST e que se deslocam com os militantes, buscando garantir o acesso permanente à educação pelos filhos de acampados. São escolas geridas por escolas não-itinerantes, também chamadas “escolas-base”, que respondem administrativamente por elas. Sobre as escolas itinerantes, ver: BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escolas Itinerantes. *In*: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

docente. Outra estudante do curso, Joana, residente no assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu/PR, contou que nasceu no acampamento citado anteriormente por Camila, mas só passou a se engajar efetivamente no movimento por volta dos 15 anos, quando ingressou no curso de formação de professores do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak:

Morei no assentamento por volta de uns 15, 16 anos, só que não sabia da história... como foi a conquista. Nem sabia do acampamento, porque meus pais não falavam disso e na escola onde eu estudava também não era nada comentado. Aí acho que foi em 2014 ou 2015, eu ingressei no curso de formação de docentes do colégio Iraci, e lá conheci o MST. A escola que me apresentou, me ensinou que movimento que era, e eu comecei a fazer parte então. Aí participei do coletivo da juventude da escola, fui pra encontros do movimento na região, e fui me inserindo aos poucos. Participei de ocupações no Rio Grande e num encontro da Juventude. Então eu digo assim... que já nasci num acampamento, mas a minha inserção mesmo se deu em 2014, 2015, depois que eu entrei no colégio Iraci, onde de fato eu aprendi o que era o movimento e a importância da luta pela terra.

Janata tem razão em apontar os inúmeros problemas enfrentados pelos Sem terra mesmo após a regularização dos assentamentos, o que pode certamente justificar as dificuldades de engajamento dos jovens assentados com as pautas políticas do movimento. No entanto, ao acompanhar alguns eventos e situações entre os jovens Sem Terra, além de seus relatos com relação ao engajamento na militância, percebo que o drama geracional envolvendo a expectativa de um “jovem radical” se mobiliza justamente por uma configuração social que permite o conflito. Os jovens são entendidos como aqueles que podem dar prosseguimento à luta, ao movimento. Paralelamente, representam o perigo da desintegração social. Durante a pesquisa, pude observar diferentes situações de autonomia de engajamento político nos relatos apresentados, embora a questão da falta de trabalho e da dificuldade em permanecer nos assentamentos não tenha sido ignorada.

As ações desenvolvidas pelo movimento, especialmente aquelas ligadas à formação e à Educação do Campo parecem ter fomentado oportunidades importantes para jovens que não querem deixar os assentamentos e acampamentos, mas que desejam atuar em atividades alternativas à agricultura familiar. Alguns estudantes do curso, em períodos de “tempo comunidade”, voltavam para o acampamento “Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado em Rio Bonito do Iguaçu/PR, para atuar na “Escola Itinerante Herdeiros do Saber”. Uma característica importante deste acampamento é justamente o protagonismo dos jovens desde a decisão de ocupar uma nova área até a condução pedagógica da escola. São jovens que cresceram no processo de conquista dos primeiros assentamentos da região e hoje protagonizam novas ocupações, além da luta pela Educação do Campo, conforme relata uma estudante em seu trabalho de conclusão de curso:

A conquista da Escola Itinerante Herdeiros do Saber localizada no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR representa o acesso à educação da juventude acampada, por isso se configura como alicerce da luta erguida pelo Acampamento. (SOUZA, 2017, p. 9).

Há uma expectativa ou projeto claro de que os jovens deem continuidade às lutas do MST, e a educação tem sido tomada como fundamental nesse processo, como mostrou Janata, mas também Frigo (2008), que discute a “luta” como elemento simbólico essencial da formação dos militantes do MST, algo que “se aprende na escola”. O protagonismo apresentado pelos jovens, que parece decorrer justamente desse investimento em sua formação, por vezes não parece corresponder suficientemente ao ideal do “jovem radical”, desencadeando conflitos que estruturam as relações sociais não apenas no MST. Lembro especificamente de uma discussão calorosa entre os estudantes do curso sobre o uso de drogas ilícitas dentro dos acampamentos e assentamentos. Um estudante, militante Sem Terra, relatou ter sido ameaçado de ser expulso do acampamento em que morava por fazer uso de maconha. Para este estudante, tratava-se de “moralismo” e “hipocrisia”, pois segundo ele outras drogas seriam socialmente aceitas no acampamento, como o álcool e o cigarro. Alguns colegas justificaram o controle do uso desse tipo de substância por conta da pressão policial que os acampamentos sofrem, devido à sua natureza de ocupação – chamada costumeiramente pela mídia e pelas autoridades de “invasão”. Um dos estudantes, Lucas, residente em um acampamento na cidade de Quedas do Iguaçu/PR, relatou o seguinte sobre um outro acampamento em que residiu no Rio Grande do Sul:

Professora, quando eu cheguei no acampamento, era proibido jogar futebol, assim, ‘pelada mesmo’. Sabe por quê? Porque não podia ter risco de dar alguma briga. É assim em um acampamento. Não dá pra ter briga, desentendimento interno. Por isso é um controle rígido, muita gente não consegue se adaptar [...].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências *liminoides* dos jovens Sem Terra, ao colocar em risco os papéis e as expectativas sobre sua militância e compromisso com o MST e a Educação do Campo parecem constituir-se como uma forma de evidenciar o adultocentrismo cotidiano a que estão submetidos. Como também notou Castro (2008), a mobilização da categoria juventude rural/do campo como ator político pelos movimentos sociais esbarra em imagens contraditórias sobre os jovens que os colocam, ao mesmo tempo, como “futuro do movimento” e “desinteressados pelo meio

rural”. Ao contrário, durante a pesquisa pareceu-me que tanto os estudantes se interessavam pelo meio rural, quanto se engajavam de maneira autônoma com o movimento (sem a mediação dos responsáveis ou outros adultos). Além disso, a articulação com as pautas políticas de outros estudantes no contexto universitário estabelece um produtivo campo performático, fruto de experiências comuns de luta por reconhecimento e autonomia. O tecido da hierarquia social que fundamenta os discursos que os colocam em um lugar desprestigiado, cotidianamente é atravessado por corpos, comportamentos e falas dissidentes, além de confrontado pelo protagonismo com que efetivamente os jovens constroem sua participação política.

Ao analisar pesquisas realizadas pela UNESCO no Brasil entre 1998 e 2000, Sallas e Bega (2006) refletem sobre um quadro investigativo sobre as juventudes que tanto as estabelecem como “problema”, “anomia” (caso das pesquisas realizadas pela UNESCO entre jovens de diferentes capitais do país), como as colocam como integradas aos valores da sociedade de consumo e da indústria cultural. As ciências sociais, de modo geral têm historicamente feito parte deste quadro. Ao refletir sobre um dos eixos temáticos da pesquisa – a cidadania - as autoras questionam a distância entre os modelos de participação ou integração social sugeridos por adultos (incluindo os pesquisadores) e as possibilidades reais dos jovens. A pesquisa com jovens militantes Sem Terra aponta para algo semelhante, no sentido de que é esperado e incentivado que os jovens participem da política, embora tanto o exercício de sua cidadania seja dificultado pelo Estado¹⁹, quanto suas práticas políticas sejam constantemente criminalizadas ou não legitimadas.

As experiências dos jovens Sem Terra na universidade, no encontro com outras juventudes e outras modalidades de engajamento político, remetem a um processo de contestação de posições sociais que se estabelece desde a participação em espaços “próprios” à juventude dentro do MST. Mesmo nesse contexto - em que pese a busca constante do movimento em criar espaços para as múltiplas demandas dos militantes – ainda estão presentes tentativas de controle e definição da categoria “juventude” entre as distintas gerações do MST. No entanto, como demonstraram Sposito, Almeida e Corrochano (2020, p. 2), os estudos sobre juventude no Brasil coincidem com os movimentos universitários nos anos 1960. Nesse sentido, cabe sinalizar que o engajamento político da juventude a partir do contexto universitário/estudantil é histórico e impossível de ser menosprezado. Por sua vez, as performances dos jovens Sem Terra no contexto universitário apresentam as experiências de diálogo com as lutas de outros

19 A exemplo da extinta Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criada em 2005 com o propósito de coordenar políticas e ações voltadas para promover a participação econômica e social dos jovens. A Secretaria foi extinta em 2015.

jovens por visibilidade e reconhecimento. Nas místicas, nas ocupações, festas e ciberativismo, colocam em cena os desejos de transformação e desconstrução das hierarquias geracionais.

REFERÊNCIAS

1. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
2. BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escolas Itinerantes. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
3. BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e performance como perspectiva crítica da linguagem e vida social. **Ilha — Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1-2, 2006, p. 185-229.
4. BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019. p.137-147.
5. CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
6. CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
7. CASTRO, Elisa Guaraná de. Processos de construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais [...]**. Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2008, p. 1-15.
8. CASTRO, Elisa Guaraná *et. al.* **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.
9. CASTRO, Carmen Verônica dos Santos. **A mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

10. CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
11. CORTI, Ana Paula; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CwYd9yX9DVrkJP5p3NbRVwN/abstract/?lang=pt#:~:text=RESUMO%3A-,RESUMO%3A,redes%20sociais%20e%20publica%C3%A7%C3%B5es%20acad%C3%AAmicas>. Acesso em: 14 dez. 2022.
12. CROCHIK Leonardo; CORTI, Ana Paula. O caráter performativo das ocupações estudantis. *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 3., 2018, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos** [...]. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2018, p. 1-8.
13. DAWSEY, John. Victor Turner e Antropologia da experiência. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 163-176, 2005.
14. DUTRA, Carusa. Juventudes e institucionalidades: notas etnográficas sobre a concepção de “organização” entre os Secundaristas em Luta de São Paulo na ocupação e no pós-ocupação do Centro Paula Souza (São Paulo - SP). *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018. **Anais** [...]. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018, p. 1-19.
15. EVANS-PRITCHARD, Edward. **Os Nuer**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
16. MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
17. FEIXA, Carles. Situação da juventude e desafios pós-pandemia. *In*: MARCON, Frank; NORONHA, Danielle de (org.). **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política**. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 61-72.
18. FRIGO, Simone. **‘A luta é a nossa escola’**: educação e formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
19. JANATA, Natasha Eugênia. **‘Juventude que ousa lutar!’**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
20. HARTMANN, Luciana; LANGDON, Jean. Tem um corpo nessa alma: encruzilhadas da antropologia da *performance* no Brasil. **BIB**, São Paulo, n. 91, p.1-31, 2020. DOI: 10.17666/bib9104/2020. Acesso em: 14 dez. 2022.

21. HONWANA, Alcinda. Que política e política para quem? Juventude e engajamento político em Moçambique. *In*: MARCON, Frank; NORONHA, Danielle de (org.). **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política**. Aracaju: Criação Editora, 2021. p.17-31.
22. IANNI, Otávio. O jovem radical. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
23. LEAL, Natacha; SANABRIA, Guillermo Vega; CARIAGA, Diógenes. Apresentação do dossiê ‘Novas universidades, novos *campi*, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil’. **Anuário Antropológico**, v. 46, n.1, 2021.
24. MAIA, Bóris. Do protesto à intervenção: socialização política, cidadania e insurgência em mobilizações estudantis de escolas públicas. **Campos – Revista de Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 29-49, 2020.
25. MEAD, Margareth. **Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive Youth for western civilization**. New York: Harper Perennial, 2001.
26. MOLINA, Mônica; HAGE, Salomão. **Licenciaturas em Educação do Campo: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão (2013-2017)**. Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019.
27. MOSCAL, Janaína dos Santos. **Sentimentos da luta: música e mística no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
28. PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. **Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia urbana da USP [on-line]**, 1, 2007.
29. RAPOSO, Paulo. Festa e performance em espaço público: tomar a rua! **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 16, n. 2, p. 89-114, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n2p89>. Acesso em: 14 dez. 2022.
30. RIBEIRO, Mayara. **Juventude Sem Terra: reflexões a partir do coletivo de juventude do acampamento Maila Sabrina, município de Ortigueira/PR**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4637>. Acesso em: 14 dez. 2022.
31. SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
32. SALLAS, Ana Luisa; BEGA, Maria Tarcisa. Por uma sociologia da juventude – releituras contemporâneas. **Política & Sociedade**, n. 8, abril de 2006.
33. SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: an introduction**. London: Routledge,

- 2002.
34. SOUZA, Rose Riepe de. **Luta pela terra e prática pedagógica**: a experiência da Escola Itinerante Herdeiros do Saber. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3056>. Acesso em: 14 dez. 2022.
 35. SPOSITO, Marilia Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e228732, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ssmN855vJ5bZWdm5cb6HxxN/?lang=pt#:~:text=As%20modalidades%20de%20pr%C3%A1tica%20foram,mobiliza%C3%A7%C3%B5es%20a%20partir%20das%20identidades>. Acesso em: 14 dez. 2022.
 36. TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e Drama: Um ensaio em Antropologia da Experiência (primeira parte). From Anthropology of Experience. Tradução de Herbert Rodrigues. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 177-185, 2005.
 37. TURNER, Victor. **From Ritual to Theatre**. New York: PAJ Press, 1982.
 38. TURNER, Victor. **O Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.
 39. TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. Nova York: P. A. J. Publications, 1988.
 40. VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2012.
 41. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
 42. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p.109-130, jan/abr 2006.
 43. WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Fernanda Marcon

Professora Adjunta dos cursos de Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) e Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5513-0484>. E-mail: fernanda.marcon@uffs.edu.br